

II - DIAGNÓSTICOS SOBRE A CIDADE DO RECIFE¹

Fundado em 1537 e transformada em capital do Estado em 1823, Recife cresceu como cidade cosmopolita. A diversidade cultural e o patrimônio histórico acumulado originam-se na convivência, na diversidade e na criação de hábitos e troca de experiências acumulados por seus habitantes negros, índios, portugueses, luso-brasileiros e holandeses, mulheres e homens cidadãos recifenses.

O Recife é constituído de terraços, praias, morros, mangues, áreas alagadas e alagáveis. A cidade foi edificada sobre uma planície flúvio-marinha, em forma semicircular. Os seus 220 km² estão distribuídos em subáreas, com as 67,43% de relevo constituído por ambiente de morro de pequena elevação, 23,26%, de planície e 9,31% de ambiente aquático.

O processo de urbanização do Recife fez-se por aterros em áreas de maré e em terras de planícies de antigos engenhos de açúcar. A estrutura fundiária da cidade é caracterizada por grandes extensões de *terras de marinha* e por áreas remanescentes de latifúndios originários dos engenhos.

O ambiente natural (praias, rios, mangues, matas e mananciais) do Recife constitui riqueza ímpar e lhe atribui uma característica que a diferencia das demais cidades brasileiras. Há também nos morros que circundam a planície muito a admirar: a bela vista da cidade, a riqueza de sua produção cultural, a qualidade da sua habitabilidade – apesar dos riscos que advêm de sua ocupação desordenada – e a sua tradição organizativa.

O Recife Metropolitano e sua dinâmica social

Como núcleo da Região Metropolitana, criada em 1973 e composta por 14 municípios, o Recife só pode ser bem analisado quando inserido neste âmbito, uma vez que mantém intensa relação com o espaço circundante, a qual se expressa na sua dinâmica interna e externa. E, ainda, sob qualquer prisma – demográfico, cultural, econômico, político-institucional, ambiental, patrimônio histórico, que se queira destacar, o Recife é a síntese mais significativa desse contexto. Esta interdependência aponta de imediato para a demanda intensa das cidades da região metropolitana pela infra-estrutura municipal.

A cidade apresenta uma superfície territorial de 220 km² e tem seu limite ao norte com as cidades de Olinda e Paulista; ao sul, com o município de Jaboatão dos Guararapes, a oeste, com São Lourenço da Mata e Camaragibe, e a leste com o Oceano Atlântico.

¹ Fonte: Estudos da revisão do Plano Diretor: *Dinâmica Urbana Recente e Diagnóstico Urbano.*, elaborados por técnicos da Diretoria Geral de Urbanismo, SEPLAN/PCR, 2002/2003, documento base para a revisão do Plano Diretor do Recife 2005, informações das secretarias e órgãos do governo e dados do Anexo ao Plano Plurianual 2001 – 2005 da cidade do Recife.

Segundo os dados do recenseamento de 2000, Recife apresenta uma população de 1.421.947 habitantes, correspondendo a 18% da população do Estado, e a 44% da Região Metropolitana, o que lhe confere uma densidade demográfica de 6.458 habitantes/km².

Distribuição espacial da população

Os resultados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 revelam que, nesse intervalo censitário, a população passou de 1.298.229 habitantes para 1.422.905 habitantes, tendo assim um acréscimo de 124.676 habitantes.

Para 2004, estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, já apontavam para uma população de 1.486.869, representando uma taxa geométrica de crescimento anual da ordem de 1,74, nos últimos quatro anos.

Em termos de distribuição espacial, esse acréscimo populacional acompanhou os dois modelos de ocupação iniciados, sobretudo, a partir da década de 60: o extensivo e o intensivo. O primeiro caracteriza-se por uma ocupação que estende o território urbanizado, ultrapassa os limites do município, ocasionando a conurbação com núcleos urbanos dos municípios limítrofes. Como o território urbanizável do Recife já está bastante ocupado, pode-se afirmar que essa ocupação extensiva, significou a quase saturação dessas áreas periféricas, sobretudo pela insuficiente oferta de infra-estruturas e serviços urbanos. O segundo caracteriza-se pela habitação coletiva de maior densidade (verticalização), através da substituição de antigas estruturas horizontalizadas e de remembramentos de terrenos. E, ainda, pelo adensamento e ocupação intensiva em assentamentos populares.

Entre os Censos 1991 e 2000, observa-se que bairros periféricos como Ibura, Cohab (quase 20 mil novos habitantes), Barro, Sancho, Curado, Várzea, Caxangá, Sítio dos Pintos, Guabiraba, Caçote e Macaxeira, apresentaram as maiores taxas de crescimento demográfico. Entre as áreas que mais cresceram, destacam-se também áreas centrais onde a favelização também acarreta maiores adensamentos, como se observa no pequeno assentamento no bairro do Recife (Comunidade do Pilar).

Observa-se que os bairros onde a população mais cresceu não foram necessariamente os mais densos o que, provavelmente, indica uma saturação desses últimos. Assim, bairros com densidades muito elevadas, como Água Fria, Alto José Bonifácio e Alto Santa Terezinha, registraram, no período 1991/2000, perda de população. As densidades mais elevadas concentram-se nos morros da zona norte, na zona oeste (Coqueiral, Sancho, Totó e Barro), estendendo-se para o sul (Cohab), encontrando-se, também, densidades elevadas nas áreas pobres espalhadas por toda a cidade. É o caso de Brasília Teimosa e Mangueira.

Em relação às áreas ocupadas pelas classes média e alta, fica claro o intenso processo de adensamento construtivo e verticalização, responsável

pelo elevado crescimento demográfico e pela densidade populacional dos bairros de Aflitos, Torre, Boa Viagem, Espinheiro, e Madalena.

Este quadro já aponta para a necessidade de atenção do governo para a questão urbana, que tem na revisão do Plano Diretor grande expectativa para aprovar diretrizes que operem na direção de atender estas especificidades da cidadania nos diversos territórios.

O rendimento, o desenvolvimento econômico e o acesso aos serviços das áreas da política social

Em 1996 o Estado de Pernambuco registrava um produto interno por habitante de 2,5 mil dólares (dólar com o valor de 1998); a Região Metropolitana apresentava um valor de 4,1 mil dólares e a cidade do Recife, o correspondente a 5,8 mil dólares, duas vezes mais que o pernambucano. Do total do produto gerado no ano de 1996 no Estado de Pernambuco, o Recife participou com 43% e a Região Metropolitana, incluindo o município do Recife, com 63%.

O setor terciário é predominante em Recife, tradicional desde seu destaque na intermediação comercial com Portugal na exportação de açúcar. Atualmente, o setor terciário moderno continua a prevalecer, representando 95% de todo o valor da riqueza gerada com atividades comerciais e de prestação de serviços.

Destacam-se os setores comerciais de supermercados e *shoppings* e os serviços médicos, de informática e de engenharia, consultoria, ensino e pesquisa, além do turismo, que representa hoje importante dimensão para a atividade econômica da cidade e de seus arredores.

Na área de informática, Recife abriga hoje iniciativa ímpar que integra o desenvolvimento econômico à inclusão social, o Porto Digital, criado em dezembro de 2000, sob a gestão integrada do Estado, Município, Universidade Federal de Pernambuco e diversas empresas de tecnologia da informação. O objetivo do projeto é criar um parque tecnológico para fomentar o desenvolvimento de empresas da área de tecnologia da informação e comunicação na cidade do Recife. Três anos depois de sua fundação, 67 empresas desenvolvedoras de software e serviços, das 600 existentes no Estado, já se mudaram para região do Porto Digital, localizada no Bairro do Recife. Para obter a adesão das empresas, entre outros, foi a concessão de incentivos por parte da Prefeitura, que reduziu o Imposto sobre Serviços (ISS) de 5% para 2% àquelas que instalaram seus escritórios na região. A Favela do Pilar, que se encontra na região portuária, é o principal alvo das atividades de inclusão social com vistas à geração de renda e qualificação profissional que são desenvolvidas na região como parte da iniciativa.

No ano de 2004 Recife recebeu, entre turistas nacionais e internacionais, em torno de 2,1 milhões de visitantes, dos quais 1,3 milhões utilizaram os serviços de hospedagem. A economia da cidade contou

com um gasto médio individual diário de R\$ 73,00 e o tempo de permanência do turista em Recife está estimado em 3,3 dias, proporcionando uma contribuição de 5% na formação do PIB da cidade, conforme dados recentes (EMPETUR e ADM&TEC).

Por este motivo, o Plano Plurianual atual privilegia as iniciativas e os investimentos nas áreas de turismo, em particular, e nas atividades geradoras de renda e de emprego, de forma geral, incrementando a área de ciência e tecnologia, como forma de reverter para a maioria da população os avanços na ciência e na pesquisa.

Apesar do desempenho da economia formal, com uma base relativamente moderna, o Recife ainda se encontra fortemente ligado à chamada *economia informal*. Persiste uma enorme rede de atividades vinculadas ao comércio e aos serviços informais que mantém ocupada significativa parcela da população, gerando riqueza e conferindo à cidade uma especificidade. No setor informal há expressivo número de micro e pequenas empresas prestadoras de serviços que têm um papel importante para a economia da cidade, em especial como absorvedoras de mão-de-obra. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1999), cerca de 58,2% da população ocupada do Recife estaria trabalhando na condição informal.

O desemprego é preocupante na cidade, assim como se vê nas grandes metrópoles brasileiras. A taxa de desemprego no Recife (1999, IPEA) é em média de 19,3%. Dentre o contingente aproximado de 125 mil pessoas, cerca de 47 mil (37,2%) encontram-se na faixa etária das 18 aos 24 anos. A taxa de desemprego é maior entre as pessoas do sexo feminino (22,7% contra 16,3 do sexo masculino).

Neste contexto revela-se um grande número de atividades de caráter popular familiares ou não, individuais ou coletivas que sustentam o movimento da economia popular e solidária. Este movimento encontra-se em expansão como forma alternativa ao trabalho assalariado em crise. Surgem daí novas demandas para as políticas públicas, tais como crédito assistido, capacitação técnica e gerencial e desenvolvimento e disseminação tecnológica para grupos populares.

As áreas que vêm apresentando crescimento populacional mais acentuado destacam-se por concentrar, fortemente, famílias cujos responsáveis, em sua maioria, não têm renda ou recebem até dois salários mínimos. A periferia, particularmente nas áreas de morro, e outras áreas da cidade se enquadram nessa situação. Desta forma, os baixos indicadores correspondem às áreas pobres do Recife que se espalham por todo o território do Município.

Por este motivo, é mantido neste Plurianual a opção por promover e participar de esforços que visem modernizar e ampliar a base produtiva da cidade, apoiando, com instrumentos especiais, a economia popular.

A pobreza está diretamente relacionada às carências sociais, sendo causa e efeito ao mesmo tempo. Assim, assume-se e comprova-se que as áreas mais pobres da cidade em termos de renda são, também, as mais carentes,

apresentando maiores demandas por equipamentos e serviços sociais, bem como por infra-estruturas urbanas.

O Recife tem 118 mil crianças na faixa de 0 até 4 anos de idade. Superpondo a distribuição espacial dessa faixa com pais pobres e analfabetos, constata-se que as áreas norte (principalmente os morros); leste (Várzea e o Curado); sul (especialmente a área de morros) e alguns bairros centrais (Recife e Santo Amaro) necessitam de intervenções do poder público no sentido de ofertar equipamentos para essa faixa da população.

Somente no governo anterior foram implantados e colocados em funcionamento os Conselhos Tutelares, marco referencial previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Também houve aumento significativo na implantação de bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (2400), Bolsa Família (30000 famílias cadastradas) atendimento no Programa Agente Jovem (900 metas), além da realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As crianças e adolescentes entre 5 a 14 anos representam um contingente populacional de 254 mil. Relacionando-se espacialmente o grau de instrução dos pais, sua renda e o grau de instrução dos filhos, na faixa de 5 a 14 anos, constata-se que os morros da zona norte, parte da zona oeste (Várzea), parte dos morros da zona sul e as localidades pobres do Centro Expandido (Pilar, Ilha Joana Bezerra, Coelhos), detêm a maior precariedade em termos de possibilidades de acesso à educação.

A Rede Municipal de Ensino conta com 210 unidades educacionais, 59 creches e 20 unidades de formação profissional básica.

Os indicadores da educação já apontam melhorias no último período. Destacam-se a garantia da aplicação do limite legal na área da educação, a duplicação do acesso à bolsa-escola, a extensão da merenda escolar aos estudantes no período de férias, a entrega kit individual com material escolar e fardamento para todos os estudantes da rede municipal: contratação de novos coordenadores pedagógicos e a diminuição dos anexos escolares e das turmas intermediárias que não se adequam ao conceito de qualificação do ensino e do cuidado com as pessoas. Ao mesmo tempo, foram priorizadas ações de democratização e controle social da educação na medida das eleições de diretores de escolas e do funcionamento efetivo do Conselho Municipal de Educação.

Já os adolescentes e jovens chegam a 258 mil na faixa etária de 15 a 24 anos. Enquanto as crianças e adolescentes encontram-se mais concentrados em grandes manchas na periferia, os jovens apresentam-se dispersos no território.

Políticas orientadas para as crianças e para a população jovem, segmentos relevantes na constituição da população do Recife, se fazem necessárias e são apontadas mais uma vez com prioridade no Plano Plurianual, com ênfase na política específica para a população em situação de rua, que constitui capítulo à parte nos programas deste Governo.

Quanto à saúde, sabe-se que é fortemente associada à qualidade ambiental. A precariedade ambiental em diversas partes da cidade é fruto da deficiência do saneamento básico, associado aos baixos rendimentos e graus de instrução da população.

As áreas de alto e médio risco para as principais doenças de veiculação hídrica, zoonoses e transmitidas por vetores, correspondem a uma grande porção do território, em especial ao baixo estuário e outras áreas alagáveis da planície, como também às localidades com precária condição socioeconômica. As comunidades, às margens dos cursos d'água, com habitações improvisadas e palafitas, correm alto risco de contraírem estas doenças.

De forma geral, a heterogeneidade nas condições da cidade e suas desigualdades sócio-territoriais determinam as condições de bem-estar da população, que repercutem nos indicadores de saúde.

A municipalização da saúde, implantada nos últimos anos, introduziu a figura do agente comunitário e dos postos de saúde da família, que objetivam ampliar a cobertura de atendimento diretamente na residência, aproximando os moradores e a unidade de saúde local.

Destacam-se as ações de ampliação deste contingente de atendimento da saúde no último período de governo na cidade, que representa ampliação significativa com relação aos períodos anteriores, instalando-se efetivamente políticas estruturadoras na saúde. Estas representaram aumento efetivo do acesso na atenção básica - 100% da cobertura populacional do programa de agentes comunitários, que passou de 6,5% em 2000 para 46,7% em 2004; e 538% do número de unidades de Saúde da Família - PSF, que passou de 16 em 2000 para 102 em 2004, além da inovação nas práticas de vigilância e de promoção à saúde, com o Programa de Saúde Ambiental e o Programa Academia da Cidade.

Garantir a continuidade e a ampliação das iniciativas que tragam maior acesso aos equipamentos de saúde e educação, assim como à assistência social é mais uma vez prioridade do governo na direção de uma sociedade mais justa, resgatando a cidadania de pessoas e famílias em situação de risco social.

Violência, segurança, participação e direitos humanos

As mortes por causas externas, definidas tecnicamente por *mortes evitáveis*, são a segunda causa de morte dos recifenses. A violência nas grandes cidades expressa-se sob diversas formas e possui várias faces. Mas os homicídios são preponderantes no conjunto das causas externas.

O *Coefficiente de Mortalidade por Homicídio* é utilizado universalmente como forma de medir a violência. No Recife, em 2000 esse coeficiente chegou ao índice de 67,40 mortes por homicídios por 100 mil habitantes, figurando entre os maiores do Brasil. Para o ano de 2004, com uma população estimada pelo IBGE em 1.486.896 habitantes, esta taxa ainda é de 61,34.

As vítimas desses homicídios são, principalmente, crianças, adolescentes, jovens e adultos jovens de 10 a 29 anos. A estatística da Secretaria de Saúde Municipal mostra que, quanto mais se avança na adolescência, maior é o número de assassinatos. É nos bairros pobres ou de maior desigualdade social que mora a maioria das vítimas.

O alto índice de mortes por homicídios atinge, principalmente, a população masculina. Com isto, aumenta o hiato entre a expectativa de vida entre homens e mulheres como também o número de órfãos e viúvas precoces. Não é à toa que especialistas em demografia acreditam que a violência está deixando uma cicatriz demográfica nas grandes cidades brasileiras.

Os direitos humanos aparecem neste Planejamento Plurianual priorizados enquanto política a implementar, trazendo o governo municipal a um lugar ativo de promotor da igualdade para as populações e segmentos desfavorecidos, mulheres, jovens, negros, crianças e adolescentes, e, em sua esfera de competência, com o compromisso de atuar no âmbito da segurança cidadã, prevenindo a violência e promovendo a cidadania.

Neste sentido, ao longo do último governo, mobilizou-se a cidade para a participação, estimulando a cidadania na realização das conferências municipais setoriais de saúde, educação, trânsito, política de assistência social, mulher, saneamento, cultura, criança e adolescente, esporte e lazer, direitos humanos, da promoção da igualdade racial e a II Conferência da Cidade.

A Coordenadoria da Mulher, criada no ano de 2001, foi reafirmada no Gabinete do Prefeito enquanto instância de coordenação das políticas de gênero do Município. Através dela, pela primeira vez no Recife, as mulheres conquistaram espaços específicos para garantir e ampliar o atendimento de suas demandas. Foi implantado o Programa Municipal de Assistência e Prevenção da Violência contra a Mulher, sendo criados serviços de atendimento direto a esta população, já considerados referência nacional na área, como o Centro de Referência Clarice Lispector, a Casa Abrigo Sempre Viva e o Núcleo Jurídico Bárbara Romina. O número de mulheres atendidas desde a criação do Centro de Referência já alcançou até o primeiro semestre de 2005 a marca de 4.139, além de 15.032 orientações telefônicas.

A perspectiva de gênero também vem sendo incorporada nas políticas municipais de saúde e educação, através de atividades de formação dos profissionais da área e da população em geral, sempre de forma descentralizada e articulada com as mulheres nas seis regiões administrativas da cidade. A inserção das mulheres na política de desenvolvimento econômico também vem sendo garantida no fortalecimento das suas atividades produtivas com a organização de feiras, formação em cursos profissionalizantes e o incentivo às mulheres no acesso ao microcrédito. Além disto, toda a política de melhoria da qualidade de vida das mulheres tem garantido o recorte étnico/ racial, fortalecendo o protagonismo das mulheres negras. Exemplo disto é a formação de 150 mulheres em estética afro em 2004.

As deliberações das diversas conferências realizadas foram consideradas na preparação do Planejamento Plurianual atual, que deve expressar a sistematização da vontade popular em suas previsões temáticas e diretrizes gerais.

O Orçamento Participativo tornou-se a referência efetiva para as decisões do governo, discutindo obras e realizações em grupos específicos, como mulheres, crianças, jovens, negros e negras, que tiveram seu espaço garantido, deliberando sobre mais de R\$ 130 milhões de investimento. O processo registrou, entre 2001 a 2004 cerca de 240 mil participantes. Obras estruturadoras para o Recife foram concretizadas a partir do Orçamento Participativo, como é o caso da revitalização do Cais da Aurora, a continuação do Complexo Viário Joana Bezerra, o revestimento e pavimentação das margens do Canal do Cavouco, a Paralela da Caxangá, a reforma da avenida Caxangá, além de um amplo programa de pavimentação e drenagem, principal tema votado nas plenárias, que obteve como resultado mais de 200 ruas e canais pavimentados.

Toda esta mobilização redundou na criação, ainda no ano de 2005, da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, que passa a gerir estas políticas de forma integrada, na perspectiva da promoção da cidadania de forma inclusiva para setores historicamente excluídos, como as pessoas idosas, pessoas com deficiência, negros e negras e juventude, garantindo também o direito à diversidade sexual. A segurança cidadã também passa a ser articulada desde esta Secretaria, através da adesão ao Sistema Único de Segurança Pública do Governo Federal, bem como a integração das políticas de prevenção da violência nos diversos órgãos da Prefeitura. A participação da sociedade será garantida pelo fortalecimento e criação de conselhos municipais setoriais.

A mobilização da cidadania também foi estimulada pela estruturação da Coordenadoria do Voluntariado, que construiu canais de participação permanentes junto às diversas secretarias do governo ao longo do último governo. Em 2004 realizou encontro para avaliar sua inserção seu papel e organização, reunindo cerca de 170 voluntários atuantes na cidade junto aos diversos programas governamentais, bem como Seminário Municipal sobre Ação Voluntária, reunindo 200 pessoas diretamente envolvidas. Sua atuação se organiza descentralizadamente, nas regiões administrativas, e se estende sistematicamente às áreas de meio ambiente (capacitação, mutirões de limpeza das praias e dos rios, saúde (apoio às gestantes), educação e cultura (palestras nas escolas, animação cultural nas escolas, apoio ao atendimento nas secretarias) e área social (tráfego de seres humanos - panfletagem informativa, organização dos abrigos e atividades culturais - Projeto Travessia, cadastro social de deficientes físicos e visual), entre outras.